



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
CORREGEDORIA - GERAL

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2016



Fevereiro 2017



Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para, de acordo com o artigo 14, inciso X, do Regimento Interno deste Tribunal, apresentar-lhe o Relatório referente às atividades executadas no exercício de 2016.

Importa realçar que assumi o cargo de Juiz-Corregedor-Geral da Justiça Militar do Estado no dia 05 de fevereiro do ano de 2016.

I - Considerações iniciais

O ano judiciário de 2016 foi pautado pela manutenção dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos na Corregedoria Geral e Auditorias da JME, quando se procurou manter a dinâmica e a otimização dos recursos disponíveis, com qualidade, no atendimento das atividades específicas de Corregedoria, tendo no final de 2016 iniciado trabalho com ênfase maior nas correções de prováveis dúvidas que possam ser sanadas nos feitos e processos do 1º grau, objetivando o arquivamento indubitável do processo.

Também, com o tema “prisional” em evidência, procurou-se através de visitas, conhecer e buscar soluções as questões prisionais, junto ao presídio militar em Porto Alegre, bem como acompanhar e dar celeridade no que se refere à execução penal do preso policial militar.



II – Execução de atividades:

1.2 – Objetivando a transparência e gestão das informações foi mantida a página da **internet** do TJM, onde são postando os trabalhos e dados da Corregedoria.



1.2.1 – Acompanhamento das Metas mensais do 1º grau da Justiça Militar do RS – 2016, agora de acordo com modelo nacional, seguido pelo NJE do TJM-RS para onde são enviados os relatórios mensais das Auditorias, visando para extração dos dados necessários para os processamentos estatísticos a serem divulgados para o CNJ. Abaixo um comparativo dos processos distribuídos e julgados pelas Auditorias da JME-RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Meta 1 / 2016 - Julgar mais processos que os distribuídos

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.”

Meses	Processos Crim/CivDis t. 1º AUD	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão 1º AUD	Processos Crim/CivDis t. 2º AUD	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão 2º AUD	Processos Crim/CivDis t. AUD SM	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão AUD SM	Processos Crim/CivDis t. AUD PF	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão AUD PF	Total Distr./ julgados
Jan	5	2	3	2	8	10	4	7	20/21
Fev	5	5/1	9	2/1	10	12	1	11	25/32
Março	6	25	6	9	6	9	2	3	20/46
Abril	10	9	8	9/1	7	6	14	3	39/28
Mai	4	26	7	7	2	6	17	5	30/44
Junho	9	18	11	2	3	12	2	15	25/47
Julho	5	13	3	8	2	11/1	2	6/2	12/41
Agosto	3	11	5	4	5	10	4	9	17/34
Set	9	6	9	15	8	16	8	8	34/45
Out	9	10	9	2/1	11	12	7	8	36/33
Nov	9	4	10	6	4	8	6	8	29/26
Dez	5	6	6	6	2	13	1	4	14/29
MetaJulgar +1 dos distribuídos	79	136	86	75	68	126	68	89	301/426

1.2.2 – No campo “publicações” as Auditorias virtuais realizadas pela Corregedoria Geral em 2016, foram divulgadas no Site do TJM-RS.



The screenshot shows the website of the Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. The main content area is titled "Publicações da Corregedoria" and contains a table with the following structure:

Inspeções	Relatórios	Provimentos	Notas de expediente	Encontros técnicos	Portarias
Provimento nº que trata das Inspeções Virtuais					
1ª Auditoria					
2ª Auditoria					
Auditoria de Santa Maria					
Auditoria de Passo Fundo					
2016					
<ul style="list-style-type: none">Relatório de Inspeção Virtual nº 144/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 140/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 136/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 132/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 128/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 124/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 120/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 112/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 108/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 104/Cor-G/2016- Auditoria de Passo FundoRelatório de Inspeção Virtual nº 100/Cor-G/2016- Auditoria de Passo Fundo					

On the right side of the page, there is a sidebar with a search bar "Pesquisar notícias" and a "Pesquisa Processual" section. The "Pesquisa Processual" section includes radio buttons for "1º grau" (selected) and "2º grau", a text input field for "Nº do processo", and buttons for "Pesquisar processo" and "Pesquisa avançada". Below this is a "Certidões" section with a "Solicitar certidão" button.

Alguns processos são, mensalmente, selecionados e publicados de forma a contribuir com a gestão das Auditorias.

Modelo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
(Relatório de Inspeção Virtual nº 109/Cor-G/2016 - 1ª Auditoria)

Vistos em inspeção.

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, na sala da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça Militar, nesta capital, presente o JUIZ DR. AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO, Corregedor-Geral da JME, o BEL. MURILO KVIETINSKI MACHADO, Assessor de Juiz, juntamente comigo CARLA RISCH, auxiliar da Corregedoria-Geral, servindo de Escrivã, deu início à inspeção virtual, através do SEGA, nos processos abaixo elencados, em tramitação na 1ª Auditoria Militar de Porto Alegre. Os feitos e processos, por amostragem, são aqueles que merecem atenção junto à auditoria. Sendo o que tinha para o momento, deu por encerrado o presente termo, que iniciou às 09h30min e terminado às 11h30min do mesmo dia, que vai assinado por todos.

MOVIMENTO DE RETORNO COM SENTENÇA

Processo nº	Conclusão para sentença	Retorno com sentença	Dias Diferença	Juiz da sentença
http://intranettjm/relatorios/processos/retorno com sentenca auditoria grafico/retorno com sentenca auditoria grafico.asp				

Obs: A média/ano da 1ª Auditoria está em 4 dias (gráfico SEGA "tempo médio").

PROCESSOS DO 1º GRAU – METAS PODER JUDICIARIO

Processo nº	Recebimento Denúncia	Tipificação	Ultimo Movimento	Data
1121/2014	13/10/15	Art. 209	Audiência	09/03/16
1442/2014	26/09/14	Art. 208	Intimação às partes	03/03/16
1733/2014	08/10/14	Art. 303	Intimação às partes	29/03/16
1811/2014	03/09/15	Art. 209	Audiência	17/03/16
1835/2014	18/11/15	Art. 209 § 1º	Audiência	28/03/16

AÇÕES CRIMINAIS

Processo nº	Recebimento Denúncia	Tipificação	Dias	Ultimo Movimento	Data
1945/2010	12/01/11	Art. 315	1930	Diligência cartorária	14/01/16
3314/2011	24/02/12	Art. 312	1522	Prazo art. 427, do CPPM	24/03/16
3873/2012	02/09/13	Art. 312/319	866	Prazo art. 427, do CPPM	04/04/16
2179/2013	18/09/13	Art. 202	952	Diligência cartorária	11/02/16
223/2013	08/10/13	Art. 209/233	930	Aguard. cump. dilig ou precat.	23/02/16
3526/2012	08/10/13	Art. 209/324	930	Diligência cartorária	11/02/16

Obs: Meta base – 500 dias



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

AÇÕES CIVEIS				
Processo nº	Distribuição	Dias	Último Movimento	Data
210/2016	24/07/13	1008	Distribuição	24/07/13
908/2015	27/04/15	364	Diligência cartorária	16/10/15
2208/2015	22/10/15	186	Remessa ao TJM com recurso	24/11/15
2418/2015	23/11/15	154	Juntada de contestação	01/04/16

Obs: Meta base – 150 dias

PROCESSOS EM ANDAMENTO E SEM MOVIMENTAÇÃO PROVIMENTO 06/2015					
Processo nº	Recebimento Denúncia	Tipificação	Dias	Último Movimento	Data
908/2015 – cível	-	-	192	Diligência cartorária	16/10/15
2208/2015	-	-	153	Remessa ao TJM com recurso	24/11/15
1079/2015	02/09/15	Art. 319	137	Expedição de carta precatória	10/12/15
1945/2010	12/01/11	Art. 315	102	Diligência cartorária	14/01/16
275/2015	27/05/15	Art. 209	95	Aguard. cump. dilig ou precat.	21/01/16

Obs: Meta base – acima de 60 dias

FEITOS DISTRIBUIDOS E SEM MOVIMENTAÇÃO		
Processo nº	Distribuição	Dias sem movimentação
2587/2015	14/12/15	133

Obs: Meta base – acima de 30

FEITOS E PROCESSOS FORA DA AUDITORIA				
Processo nº	Data fato	Dias	Último Movimento	Data
2007/2014	10/03/14	585	A origem para diligências	18/09/14
2295/2014	14/03/14	567	A origem para diligências	08/10/14
147/2015	01/05/14	427	A origem para diligências	23/02/15
223/2015	21/01/14	427	A origem para diligências	23/02/15
617/2015	26/10/14	389	A origem para diligências	04/04/15

Obs: Solicito verificar junto ao órgão responsável, face o tempo decorrido.

PROCESSOS COM PREVISÃO DE PRESCRIÇÃO RESOLUÇÃO 112-2010 DO CNJ			
Processo nº	Data fato	Data denúncia	Prov. Presc.
513/2015	12/08/14	27/08/15	27/08/17

DR. AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
Juiz-Corregedor-Geral

Bel. MURILO KVIETINSKI MACHADO
Assessor de Juiz

CARLA RISCH
Auxiliar da Corregedoria-Geral da JME



1.3 – Na página da Intranet, encontram-se os links onde se pode realizar consultas “feitos e processos” e alguns relatórios de gestão de forma a permitir um melhor controle sobre os feitos e processos em andamentos.

The screenshot displays the Intranet interface of the Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. At the top, there is a navigation bar with links for 'Site TJM', 'E-mail', 'SISTEMAS', 'SEGA', and 'PJe'. A search bar for 'Ramais' is also present. Below the navigation bar, a personalized greeting reads 'Bom-dia Sr(a) Kelbel Silveira!'. The main content area features three news items, each with a photo and a title: 'Tribunal de Justiça Militar gaúcho entre os 14 distinguidos com selo ouro do CNJ', 'Auditoria da JME/RS cumpre metas dois e quatro do CNJ', and 'IV Encontro do Núcleo de Estudos em Direito Militar encerra atividades em 2016'. Below these is a section for 'Últimas Notícias' with tabs for 'Institucional', 'Comunicação Interna', and 'Artigos'. A list of news items follows, with a red arrow pointing to the date '06/12' in the first item. On the right side, there is a 'Ponto Eletrônico' section with a login form (password field, 'Registrar saída' button) and options to 'Visualizar Meu ponto' and 'Alterar senha do SEGA'. Below that is an 'Andamentos e Consultas' section with a list of menu items: 'Administrativas', 'Feitos e processos - 1G', 'Feitos e processos - 2G', 'Justiça em números', 'Ouvidoria', 'Corregedoria', 'Escalas e plantões do TJM', and 'CNJ - Tabelas Unificadas'.



Acesso aos relatórios dos feitos e processos – SEGA

1º Grau

Feitos e Processos

Consultas

- Consulta a processo por número do processo ou nome do envolvido
- Consulta a processo por nome ou número da OAB do advogado
- Distribuição de **Processos**
- Distribuição de **Feitos**
- Pauta de audiências no Primeiro Grau

Relatórios de gestão do 1º Grau Provimto nº 03 de 31/03/2015
Validação: Ata da reunião

Relatórios Gráficos

Relatórios de gestão do 1º Grau Provimto nº 03 de 31/03/2015
Validação: Ata da reunião

Relatórios	Gráficos
<ul style="list-style-type: none">• Controle das metas mensal - Poder Judiciário (PDF)• Movimento de retorno com sentença (meta: 10 dias)• Ações criminais - Em andamento (meta: 500 dias)• Ações criminais - Tempo médio (do recebimento da denúncia a sentença)• Ações cíveis - Em andamento (meta: 150 dias)• Ações cíveis - Tempo médio (da distribuição a sentença)• Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)• Feitos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)• Feitos e processos fora da auditoria (contagem de dias)• Processos remetidos a outros órgãos de forma definitiva• Militares condenados - 1º Grau (nominal e quantitativo)• Processos com previsão de prescrição (Res. 112-2010, do CNJ)• Sentenças publicadas no período• Feitos e Processos (Geral)	<ul style="list-style-type: none">• Feitos Distribuídos• Processos Distribuídos• Ações criminais - Tempo médio (do recebimento da denúncia a sentença)• Ações cíveis - Tempo médio (da distribuição a sentença)• Sentenças Publicadas• Tempo médio "Retorno com sentença por Auditoria"• Militares Condenados• Denúncias/Delitos recebidos por ano• Condenações por delitos (ano do processo)• Metas CNJ<ul style="list-style-type: none">• Meta 1• Meta 2• Meta 4• Meta Específica• Envio das metas

Relatórios Gerais

- Juízo de Cooperação
- Atividades Complementares



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

1.3.1 – Controle das metas do 1º grau da JME-RS – 2016, de acordo com as metas nacionais, seguidas pelo Núcleo de Gestão Estratégico TJM.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



PLANILHA DE CONTROLE DAS METAS DO PODER JUDICIÁRIO – 2016 NO 1º GRAU

Meta 1 / 2016 - Julgar mais processos que os distribuídos

“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.”

Meses	Processos Crim/CivDis t. 1º AUD	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão 1º AUD	Processos Crim/CivDis t. 2º AUD	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão 2º AUD	Processos Crim/CivDis t. AUD SM	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão AUD SM	Processos Crim/CivDis t. AUD PF	Processos Crim/CivJul g/ cancelados ou remetidos outro órgão AUD PF	Total Distr./ julgados
Jan	5	2	3	2	8	10	4	7	20/21
Fev	5	5/1	9	2/1	10	12	1	11	25/32
Março	6	25	6	9	6	9	2	3	20/46
Abril	10	9	8	9/1	7	6	14	3	39/28
Maio	4	26	7	7	2	6	17	5	30/44
Junho	9	18	11	2	3	12	2	15	25/47
Julho	5	13	3	8	2	11/1	2	6/2	12/41
Agosto	3	11	5	4	5	10	4	9	17/34
Set	9	6	9	15	8	16	8	8	34/45
Out	9	10	9	2/1	11	12	7	8	36/33
Nov	9	4	10	6	4	8	6	8	29/26
Dez	5	6	6	6	2	13	1	4	14/29
MetaJulgar +1 dos distribuídos	79	136	86	75	68	126	68	89	301/426

Fonte: Dados do Núcleo de Gestão Estratégica do TJM-RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Meta 2 de 2016 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016:

- Nos Tribunais de Justiça Militar Estadual, pelo menos 95% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nas Auditorias Militares, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 no 2º grau.

Meses	Processos Crim/Civ Julgados 1º AUD	Processos Crim/Civ Julgados 2º AUD	Processos Crim/Civ Julgados AUD SM	Processos Crim/Civ Julgados AUD PF	Total
Distribuídos em 2014	26 cíveis 95 criminais	25 cíveis 70 crim	16 cíveis 65 crim	3 cíveis 111 crim	411
Julgados 2014	11 cíveis 17 cri	12 cíveis 16 crim	1 cíveis 5 crim	2 cíveis 19 crim	83
Distribuídos até o final de 2014 e não julgados em 2014	15 cíveis 78 crim	13 cíveis 54 crim	15 cíveis 60 crim	1 cível 92 crim	328
Julgados em 2015	14 cíveis 51 crim	13 cíveis 39 crim	14 cíveis 18 crim	1 cível 84 crim	234
Julgados em 2016	1 cível 22 crim	14 crim	1 cível 40 crim	8 crim	86
Pendentes de julgamento	5 crim	1 crim	2 crim	0	8

Fonte: Dados do Núcleo de Gestão Estratégica do TJM-RS.

Meta 4 de 2016 - Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2014.

Meses	Processos Crim/Civ Julgados 1º AUD	Processos Crim/Civ Julgados 2º AUD	Processos Crim/Civ Julgados AUD SM	Processos Crim/Civ Julgados AUD PF	Total
Distribuídos em 2014	25 criminais	5 criminais	18 criminais	24 criminais	72
Julgados 2014	3	0	0	2	5
Julgados em 2015	12	3	6	19	40
Julgados em 2016	9	2	10	3	24
Pendentes de julgamento	1	0	2	0	3

Fonte: Dados do Núcleo de Gestão Estratégica do TJM-RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Meta Específica 2 – Divulgação da Justiça Militar Realizar ações de esclarecimento ao público sobre as funções e as atividades da Justiça Militar no ano de 2016, sendo 5 ações em cada Justiça Militar Estadual e, na Justiça Militar da União, 2 ações por Circunscrição Judiciária e 3 ações no Superior Tribunal Militar.

Perguntas	Resultados - 1º Quadrimestre	Resultados - 2º Quadrimestre	Resultados - 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
Ação 1 - Seminário sobre direito Militar com integrantes da Brigada Militar.	Janeiro	Maio	Setembro	
Ação 2 - Cei Fabio Ciclo de Debates Inclusão Social, Segurança e Universidade - Fórum SocialMundial 19 de janeiro de 2016	2	2	1	
Ação 3 - Projeto Judicial Eletrônico finalista da Maratona PJE do CNJ março 2016	Fevereiro	junho	Outubro	
Ação 4- Pratica de Judô e Jiu-Jitsu ministrado por integrantes da JME em conjunto com a Brigada Militar abril 2016			1	
Ação 5 - Palestra para acadêmicos de direito em Passo Fundo pela Juíza de Direito Mariluce maio 2016 –	Março	Julho	Novembro	
Ação 6 - JMERS e AJURIS promovem "Núcleo de Estudos em Direito Militar" maio 2016	1	1	1	
	Abril	Agosto	Dezembro	
	1			
3º quadrimestre - Ação 7 - Turma do curso de direito da UNISC visita a Justiça Militar, Ação 8 - terceiro encontro do núcleo de estudos em direito militar em parceria com a Escola Superior de Magistratura-AJURIS, Ação 9 - Juiz Vice-Presidente do TJMRS aborda tema "modos de policias, militarização e democracia em seminário internacional na UFRGS em parceria com a ILEA Ação 10 - IV encontro do núcleo de estudos em Direito Militar na Escola Superior de Magistratura /AJURIS	4	2	4	10
% Cumprimento da meta	80,00%	40,00%	80,00%	200,00%



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Meta Específica 1 de 2016 – Celeridade

Justiça Militar Estadual

1º grau: Julgar, em até 150 dias, 90% processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais.

2º grau: Julgar, em até 120 dias, 95% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial.

Perguntas JME	Resultados1 º Quadrim.	Resultados 2º uadrim.	Resultados3 º uadrim.	Resultado Final de Meta
PE1.1 JME - Número de processos de conhecimento cíveis julgados em até 150 dias no 1º grau.	44	19	21	84
PE1.2 JME - Número de processos de conhecimento criminais julgados em até 150 dias no 1º grau.	79	99	115	293
PE1.3 JME - Número total de processos de conhecimento cíveis distribuídos no período de referência ao 1º grau.	60	23	31	114
PE1.4 JME - Número total de processos de conhecimento criminais distribuídos no período de referência ao 1º grau.	581	74	92	747
PE1.5 JME - Total de processos de conhecimento cíveis que ingressaram na instância e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar à meta no 1º grau.	0	17	17	34
PE1.6 JME - Total de processos de conhecimento criminais que ingressaram na instância e que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar à meta no 1º grau.	0	98	109	207
PE1.7 JME - Total de processos de conhecimento cíveis que ingressaram na instância e saíram da meta por suspensão, por não enquadramento nos critérios da meta, ou que tenham sido distribuídos ao 1º grau a menos de 150 dias.	16	21	23	60
PE1.8 JME - Total de processos de conhecimento criminais, que ingressaram na instância e saíram da meta por suspensão, por não enquadramento nos critérios da meta, ou que tenham sido distribuídos ao 1º grau a menos de 150 dias.	502	73	86	661
% Cumprimento da meta no 1º Grau	111,11 %	111,11 %	107,94 %	109,94 %

Fonte: Dados do Núcleo de Gestão Estratégica do TJM-RS.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2017.



As publicações mensais dos dados têm por objetivo facilitar a gestão dos processos pelo 1º grau e, assim, operacionalizar o cumprimento das metas pela JME. Os dados permitem um gerenciamento por Auditoria.

1.3.2 – Movimento de retorno com sentença (meta: 10 dias)

CORREGEDORIA
[Voltar para Feitos e Processos](#)

Relatório sentenças (movimentos 1087 inseridos no ano 2016 - meta:10 dias)

Auditoria Ano

Total de processos: 89
Média de dias: 3

CORREGEDORIA
[Voltar para Feitos e Processos](#)

Relatório sentenças (movimentos 1087 inseridos no ano 2016 - meta:10 dias)

Auditoria Ano

Total de processos: 89
Média de dias: 3

Nº Processo	Conclusão para sentença (1087)	Retorno com sentença (1088)	Dias diferença ▼	Decisão	Juiz da Sentença
1001725 /2015	10/02/2016 (quarta-feira)	25/02/2016 (quinta-feira)	15	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina
1000225 /2016	27/07/2016 (quarta-feira)	08/08/2016 (segunda-feira)	12	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina
1000764 /2015	19/05/2016 (quinta-feira)	30/05/2016 (segunda-feira)	11	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina
1001748 /2014	24/02/2016 (quarta-feira)	04/03/2016 (sexta-feira)	9	<input type="button" value="Q"/>	Juiz do Processo: Dr Francisco Juiz da Sentença: Dra Karina
1001623 /2013	24/05/2016 (terça-feira)	02/06/2016 (quinta-feira)	9	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina



1.3.3 – Relatório das ações criminais (meta: 500 dias)

Ações criminais (meta:500 dias)

SEGA / Relatórios / Ações criminais (meta:500 dias)

Auditoria:
1ª Auditoria

Total de processos: 52
Média de dias: 384

Processo	Classe processual	Rec. Denúncia (1004)	Meta: 500 dias ▼
1001945-2010	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	12/01/2011	2205
1003526-2012	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	08/10/2013	1205
1001737-2012	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	18/10/2013	1195
1001442-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	26/09/2014	852
1002310-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	15/10/2014	833
1002373-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	27/10/2014	821
1002944-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	18/12/2014	769
1000478-2015	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	10/03/2015	687

1.3.4 – Relatório das ações cíveis (meta: 150 dias)

Ações cíveis (Meta: 150 dias)

SEGA / Relatórios / Ações cíveis (Meta: 150 dias)

Auditoria:
1ª Auditoria

Total de processos: 4
Média de dias da auditoria: 57

Processo	Classe processual	Distribuição (1001)	Meta: 150 dias ▼
1000487-2016	Procedimento Ordinário Cível	16/08/2016	121
1000600-2016	Procedimento Ordinário Cível	24/10/2016	55
1000908-2015	Procedimento Ordinário Cível	27/04/2015	49
1000005-2017	Procedimento Ordinário Cível	09/01/2017	6

Legenda

Códigos que excluem o processo do relatório 1003, 1012, 1015, 1024, 1028, 1050, 1054, 1056, 1080, 1088, 1095, 1099, 1119, 1125, 1195, 1238, 1241, 1220, 1414, 1415 O relatório mostra somente: Mandado de Segurança (Cível) e Procedimento Ordinário cível.



1.3.5 – Processos em andamento e sem movimentação (contagem de dias)

SEGA Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)

SEGA / Relatórios / Processos em andamento e sem movimentação (60 dias)

Auditoria:
1ª Auditoria

Total de processos: 56
Média de dias: 33

Processo	Classe processual	Data fato	Distribuição	Último andamento	Dias
1001690-2015	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	16/05/2015	18/05/2015	23/05/2016	247
1000487-2016	Procedimento Ordinário Cível	01/01/2008	16/08/2016	26/09/2016	121
1000158-2015	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	04/10/2014	22/01/2015	18/10/2016	99
1000292-2016	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	18/10/2015	24/05/2016	03/11/2016	83
1002497-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	12/02/2013	04/07/2013	04/11/2016	82
1001442-2014	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	20/02/2014	05/06/2014	10/11/2016	76
1001945-2010	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	01/01/2010	21/07/2010	25/11/2016	61
1001195-2015	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	03/06/2015	08/06/2015	28/11/2016	58

1.3.6 – Processos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)

SEGA Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

Feitos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)

SEGA / Relatórios / Feitos distribuídos e sem movimentação (contagem de dias)

Auditoria:
1ª Auditoria

Total de processos: 4
Média de dias da auditoria: 102

Processo	Distribuídos em (1001)	Dias sem movimentação
1000043-2017	25/01/2017	0
1000044-2017	25/01/2017	0
1002587-2015	14/12/2015	408
1000041-2017	24/01/2017	1

Legenda
Baseado no movimento 1001



1.3.7 – Feitos e processos fora da auditoria (contagem de dias)

SEGA Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

Feitos e processos fora da Auditoria (contagem de dias)

SEGA / Relatórios / Feitos e processos fora da Auditoria (contagem de dias)

Auditoria: 1ª Auditoria

Total de processos: 54
Média de dias da auditoria: 382

Processo	Classe processual	Data fato	Data último andamento	Número de dias	Último movimento
1000172-2010	Termo Circunstanciado	17/01/2009	12/02/2010	2539	Remessa para diligências
1000729-2010	Carta Precatória Criminal	01/01/2010	13/04/2010	2479	Remessa para diligências
1001211-2010	Carta Precatória Criminal	01/01/2010	20/05/2010	2442	Remessa para diligências
1000639-2011	Termo Circunstanciado	25/02/2010	12/04/2011	2115	Remessa para diligências
1001203-2011	Representação - notícia crime	02/08/2008	30/05/2011	2067	Remessa para diligências
1001651-2011	Termo Circunstanciado	01/01/2011	15/07/2011	2021	Remessa para diligências
1001747-2011	Carta Precatória Criminal	01/01/2011	11/07/2011	2025	Carga ao autor
1002179-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	13/06/2013	23/01/2017	2	Vista ao MP

1.3.8 – Relatório de sentenças e decisões publicadas

SEGA Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

Sentenças publicadas

SEGA / Relatórios / Sentenças publicadas

Auditoria: 1ª Auditoria Ano: 2016

Total de processos: 89

Processo	Classe	Data Conclusão para sentença	Data Retorno com sentença	Decisão	Juiz
1003314-2011	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	30/06/2016	04/07/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina
1003318-2012	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	19/04/2016	20/04/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina
1003873-2012	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	19/08/2016	19/08/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dr Francisco
1000203-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	24/03/2016	29/03/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina
1000208-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	24/02/2016	03/03/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dra Karina
1000223-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	27/07/2016	27/07/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dr Francisco
1000416-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	01/04/2016	05/04/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dr Francisco
1000628-2013	Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário	15/04/2016	18/04/2016	<input type="button" value="Q"/>	Dr Francisco



1.4 – Igualmente na intranet da JME, há um link para a Cor-G, no qual está inserido todo o processo de Arquivamento, Rearquivamento e Juntada criminal dos feitos e processos. No ano de 2016 foram dinamizadas e simplificadas as certidões de maneira a se tornar mais prático o seu preenchimento.

SEG Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

CORREGEDORIA

VOLTAR PARA INTRANET

- ↳ Certidão de Arquivamento/Desarquivamento/Rearquivamento e Juntada Criminal
- ↳ Encaminhamento para Arquivo de Processo Cível
- ↳ Relatório de Descarquivados e Não Rearquivados
- ↳ Situação Prisional (Relatório: Sinótese de Presos - BPG)

Enviar arquivo PDF

• Efetividade dos Magistrados 1º Grau

SEG Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa

CORREGEDORIA

VOLTAR

Certidão de Arquivamento, Descarquivamento, Rearquivamento e Juntada de Processos

Primeiro Grau Segundo Grau

Ano: Seleccione Auditoria: Seleccione

Arquivamento Descarquivamento Rearquivamento Juntada

Acessar

Últimos Protocolos Gerados

Imprimir Protocolo Ver todos os registros

Protocolo	Data	Processo	Tipo
<input type="checkbox"/> 31/2016	13/01/2016 09:45:49	4839-45.2013.9.21.0004 141	desarquivamento Aud. Passo Fundo
<input type="checkbox"/>	12/01/2016	468-76.2015.9.21.0002 101	desarquivamento



CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Corregedoria

Página 1 de 2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Certidão de Arquivamento

PROTOCOLO: 2256/2016

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

REPRESENTAÇÃO - NOTÍCIA CRIME - 2804-87.2014.9.21.0002

ORIGEM: SEGUNDA AUDITORIA

ENCARREGADO: ARTUR DOS SANTOS E ALMEIDA

INDICIADO(S): SEM INDICIADOS.

VOLUME(S): 01 APENSO(S): 0

Vistos em correição

O Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul concorda com a promoção de arquivamento do feito - realizada pelo Ministério Público e acolhida pelo Juízo, ambos com atuação no 1º grau de Jurisdição da Justiça Castrense -, razão pela qual homologa o arquivamento do Inquérito Policial Militar suprarreferido. Remeta-se o feito ao Arquivo Judicial.

Arquive-se, anotando.

Porto Alegre, 16 de Dezembro de 2016

AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
Juiz-Corregedor-Geral da JME



Insta salientar, que com tal procedimento se minimizou o tempo expendido para a realização dos termos de arquivamento e, principalmente, a redução de pessoal, uma vez que antes eram necessários dois servidores para a efetivação de tal serviço, enquanto que com o novo processo apenas um é capaz de realizá-lo. Ainda, o termo é publicado junto ao feito ou processo, ou seja: as partes em consulta, via internet, podem verificar o motivo do arquivamento.

A captura de tela mostra a interface de um navegador Internet Explorer com o endereço http://www.tjms.jus.br/site/conteudo/servicos/processos/detalhes_processos.asp?pTipoPesquisa=1&pGrau=1&pNro:. O cabeçalho do sistema apresenta o logo "Justiça Militar" e "ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL".

ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL:

Primeiro Grau: 3700-67.2013.921.0002 - Ação Penal Militar - Procedimento Ordinário - Segunda Auditoria

ANDAMENTOS:

Q Certidão de arquivamento

- (07/01/2015) Remessa ao TJM para correção e arquivo
- (07/01/2015) Ato ordinatório praticado
- (19/12/2014) Recebimento
- (19/12/2014) Conclusão
- (18/12/2014) Trânsito em julgado
- (12/12/2014) Trânsito em julgado
- (05/12/2014) Audiência de publicação da sentença absolutória

1.4.1 – No que tange aos feitos arquivados pelos magistrados de primeiro grau, conforme dispõe o artigo 14, alínea “b”, do Regimento Interno deste TJM, procedeu-se em 2015 à correção e arquivamento de 2.321 (dois mil trezentos e vinte e um) feitos e processos, sendo que em 2016 foram efetuados 1841 (Um mil oitocentos e quarenta e um) feitos e processos, distribuídos conforme quadro comparativo abaixo: Cabe salientar que em 2016 foram encaminhados 12 processos com sugestão de correção pelo Sr. Corregedor Geral, para decisão da corte do TJM. Demonstrando uma melhor checagem nos feitos e processos enviados para arquivamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Feitos e processos arquivados – 2015/2016

Feitos	2015	2016	Difer. e % 2015/2016	
	Arquivado	Arquivado	Diferença	%
Ação Penal	0	168	168	100,0
Ação Rescisória	0	0	0	0,0
Apelação Criminal	136	96	-40	-29,4
Apelação Civil	26	25	-1	-3,8
Agravo Regimental	1	0	-1	-100,0
Agravo de Instrumento	1	0	-1	-100,0
Agravo em Recur.Ordinário Exe. Pen.	1	0	-1	-100,0
Agravo de Execução da Pena	1	1	0	0,0
Auto de Prisão em Flagrante	5	3	-2	-40,0
Conselho de Disciplina	0	0	0	0,0
Conselho de Justificação	1	0	-1	-100,0
Correição Parcial	0	7	7	100,0
Deserção	3	0	-3	-100,0
Expediente Ouvidoria	0	0	0	0,0
Embargo de Declaração Criminal	7	13	6	85,7
Embargo de Declaração Civil	3	0	-3	-100,0
Embargo Infringente e de Nulidad.Cri	14	10	-4	-28,6
Execução de Pena	1	5	4	400,0
Habeas Corpus	22	15	-7	-31,8
Habeas Data	0	0	0	0,0
Inquérito Policial Civil	0	0	0	0,0
Inquérito Policial Militar	1395	1103	-292	-20,9
Justificação Criminal	0	0	0	0,0
Inquérito Técnico	0	0	0	0,0
Mandado de Busca e Apreensão	0	0	0	0,0
Mandado de Segurança	8	4	-4	-50,0
Pedido de Busca e Apreensão	1	1	0	0,0
Notícia-Crime	365	0	-365	-100,0
Pedido de Prisão	0	0	0	0,0
Pedido de Providência	4	5	1	25,0
Pedido de Quebra de Sigilo de Dados	0	0	0	0,0
Procedimento Administrativo	0	0	0	0,0
Processo-Crime/1º Grau	248	0	-248	-100,0
Processo-Crime da Justiça Comum	0	0	0	0,0
Processo Ordinário Cível	20	15	-5	-25,0
Processo de Execução Civil	1	0	-1	-100,0
Processo da Justiça Federal	0	0	0	0,0
Quebra de Sigilo	1	0	-1	-100,0
Reabilitação	1	0	-1	-100,0
Recurso em Sentido Estrito	3	2	-1	-33,3
Recurso Especial Criminal	6	5	-1	-16,7
Recurso Extraordinário Crime	2	3	1	50,0
Recurso Ordinário	1	0	-1	-100,0
Recurso de Ofício	0	0	0	0,0
Reclamação	0	0	0	0,0
Recurso Inominado	3	0	-3	-100,0
Reexame Necessário	11	7	-4	-36,4
Representação Criminal	0	282	282	100,0
Repres. p/Perda do Posto ou Patente	0	0	0	0,0
Repres. p/Perda da Graduação	5	15	10	200,0
Repres. p/declaração indignidade inco	0	1	1	100,0
Revisão Criminal	5	0	-5	-100,0
Sindicância	0	0	0	0,0
Termo Circunstanciado	19	55	36	189,5
Total de Feitos	2321	1841	-480	-20,7

Fonte: Protocolo de Arquivamento da Corregedoria G.(2016 com menos 480 registros que 2015).
Representando -20,7% de feitos e processos arquivados em 2016 com relação a 2015.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

FEITOS E PROCESSOS ARQUIVADOS NA CORREGEDORIA GERAL EM 2016 - JME

FEITOS E PROCESSOS	SUBDIVISÕES DOS TIPOS DE PROCESSOS			TOTAL
INQUÉRITO POLICIAL MILITAR				1103
REPRESENTAÇÃO	Representação Notic. Crime	Representação Perda da Graduação	Repres. p/ declaração indignidade incompatível	298
	282	15	1	
AÇÃO PENAL				168
APELAÇÃO	Apelação Criminal	Apelação Civil		121
	96	25		
CORREIÇÃO PARCIAL				7
EMBARGOS	Embargos de Declaração	Embargos infringentes		23
	13	10		
MANDADO DE SEGURANÇA	Criminal	Civil		4
	2	2		
TERMO CIRCUNSTANCIADO				55
PROCESSO EXECUÇÃO PENAL	Processo Exec.Penal	Agravo de Exec. Penal	Execução Penal	6
	4	1	1	
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS	Pedido de Providenc.	Pedido Busca e Apren.		6
	5	1		
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE				3
HABEAS CORPUS				15
RECURSOS	Recurso Especial	Recurso Sentido Extr.	Recurso Extraordinário	10
	5	2	3	
REEXAME NECESSÁRIO				7
PROCEDIMENTO ORD. CIVIL				15
TOTAL				1841

Fonte: Arquivamento Correg. G



1.5 – Reuniões de trabalho

1.5.1 – 1ª Reunião Técnica da Corregedoria Geral da JME com os magistrados das Auditorias, concretizada no dia 08 de Abril de 2016, na sede do Tribunal de Justiça Militar - RS.



Na sexta-feira (8 de abril), na sede do TJM/RS em Porto Alegre, a Corregedoria-Geral da Justiça Militar promoveu a 1ª reunião técnica de 2016 com os magistrados de primeiro grau das Auditorias de Porto Alegre, Passo Fundo e Santa Maria. O objetivo do encontro, segundo o Juiz-Corregedor Amílcar Fagundes Freitas Macedo, foi o de aprimorar e sistematizar os procedimentos técnicos e administrativos dos servidores no âmbito das Auditorias da Justiça Militar. Substituições de Magistrados e plantões também fez parte da pauta da reunião. Aspectos administrativos e institucionais foram abordados pelo Diretor Geral do Tribunal Dirnei Vieira de Vieira e pelo Secretário da Presidência André Flores Coronel. Secretariou a reunião o servidor da Corregedoria Murilo Kvietinski Machado. Participaram do evento coordenado pelo Sr. Juiz Corregedor Geral Amílcar Fagundes Freitas Macedo e os magistrados do 1º grau: Francisco José de Moura Muller, Karina Dibi Krueel do Nascimento, Dione Dorneles Silva e Eliane Almeida Soares.



1.5.2 – 1ª Juízes prestigiam Fórum no Ministério Público, na Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Na segunda-feira (16 de maio de 2016), magistrados prestigiaram o “**Fórum + Segurança: impunidade gera criminalidade**”, na Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, estiveram presentes o Juiz-Corregedor da Justiça Militar do RS, Amilcar Fagundes Freitas Macedo e o Juiz do TJM/RS Paulo Roberto Mendes.



A AMP/RS promoveu, em parceria com a ONG Brasil Sem Grades, o “**Fórum + Segurança: impunidade gera criminalidade**” e debateu o crescimento da criminalidade e da violência em nosso Estado, associado à postura do Poder Executivo, “que assiste quase impassível ao dismantelamento das forças policiais, além da propagação de uma doutrina acadêmica”, segundo organizadores do evento, “equivocada sobre o tema, exigindo posicionamento de forma mais firme na cobrança de punição a criminosos, sob o risco de se conseguir mais recuperar o controle, a segurança, a liberdade e a dignidade do povo gaúcho.”



O fórum, dividido em três painéis ao longo do dia, abordou questões como a importância social e preventiva da punição de criminosos, o fim do regime semiaberto e a eficiência do processo penal. Participaram membros do Ministério Público, do Judiciário, da Polícia Civil, do Congresso Nacional e uma ex-senadora argentina, que tratou da experiência do país vizinho em relação a esse drama, além de representantes da sociedade civil e vítimas de violência praticada por condenados ao semiaberto.



1.5.3 – Juiz Corregedor Geral do TJM prestigia aniversário do 20º Batalhão de Polícia Militar na capital.

Na última sexta-feira (10 de junho), o 20º Batalhão de Polícia Militar, em Porto Alegre, celebrou seu 18º aniversário. O Juiz Corregedor-Geral da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, Amílcar Fagundes Freitas Macedo, prestigiou o evento. O 20 BPM, situado na zona norte de Porto Alegre, comandado pelo Ten.- Cel. Egon Kvietinski. Prestigiaram a solenidade o Comandante-Geral da Brigada Militar Cel. Alfeu Freitas Moreira e o Deputado Federal Carlos Gomes.



Image 2 of 3

Fechar X



Image 3 of 3

Fechar X



1.5.4 – A gestão da Corregedoria-Geral da Justiça Militar-RS em atendimento ao programa de atenção às condições prisionais de policiais militares, realizou visita do Sr. Corregedor Geral da JME ao Presídio Policial Militar em Porto Alegre.



Na sexta-feira dia 11 de novembro de 2016, o Senhor Corregedor da JME, Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo acompanhado do servidor Kelbel Silveira, em visita ao Presídio Policial Militar em Porto Alegre, estiveram reunidos com o Sr. Diretor do Presídio, Tenente Coronel Carlos Alberto da Silva Souto, juntamente com seu Sub Diretor, Capitão Daniel da Silva



Vasconcellos, onde foi apresentado um panorama geral sobre o Presídio Policial Militar, que tem capacidade para 68 presos e estava se aproximando da lotação com 62 presos no dia 11.11.2016. Durante a visita percebeu-se a carência das instalações, na cozinha, por exemplo, há um servidor aposentado da Brigada Militar, que atua como cozinheiro, servidor dos pratos, nutricionista e controlador de estoque na dispensa.

Entre os presos constatou-se um ambiente tranquilo e com total controle



da administração do presídio. Em contato com os presos percebeu-se certa ansiedade por parte de alguns com relação a situação prisional dos mesmos, talvez pela falta de informação, falta de assistência jurídica e psicológica. Após algumas reclamações dos presos com relação a falta de atividades para remissão da pena, entre outras colocações como progressão de regime e etc..., ficou definido pelo Sr. Corregedor que: Os presos escrevessem suas reclamações e questionamentos para que na próxima visita pudéssemos trazer as petições e encaminhar para as providências cabíveis.

1.5.5 – Segunda visita do Sr. Corregedor Geral da JME ao Presídio Policial Militar em Porto Alegre. Realizada no dia 22 de novembro de 2016, dando continuidade aos esclarecimentos e atendimentos referente aos



interesses dos presos daquela casa prisional.

Na terça-feira dia 22 de novembro de 2016, o Senhor Corregedor da JME, Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo acompanhado do dos assessores Murilo Kvietinski Machado, Olavo Garcia Renner e

Kelbel Silveira, estiveram visitando o Presídio Policial Militar, onde receberam em torno de 10 petições dos presos que solicitavam desde remissões de penas, revisão



criminal e progressão de regime. Na sequência seis presos reuniram-se numa sala da administração prisional juntamente com a equipe liderada pelo Dr. Amilcar, para exposição das dúvidas e reivindicações dos apenados, os quais foram ouvidos e tiveram suas dúvidas dirimidas. As petições recolhidas foram analisadas com acesso aos referidos processos, após foram encaminhadas aos magistrados(as) responsáveis pelos processos

correspondentes.



2. – Auditorias ordinárias realizadas pela Cor-G (Meta CNJ)

Nos dias 21 e 22 de novembro de 2016, foram realizadas, respectivamente, **inspeções/correções in loco** nas 1ª e 2ª Auditorias da Justiça Militar do Estado, situadas em Porto Alegre. Quando uma equipe liderada pelo Sr. Corregedor Geral, iniciou as inspeções na 1ª a 2ª Auditorias, visando ao princípio da economicidade e ao mesmo tempo atendendo as metas do CNJ, que prevêem as inspeções *in loco* em no mínimo de 50% das Auditorias.

Importante destacar que as inspeções *in loco* serviram para fiscalizar as metas estabelecidas pelos Tribunais e coordenadas pelo CNJ, sobretudo aquelas que contribuem para a celeridade do processo, bem como propiciar a oitiva dos magistrados e servidores acerca das estruturas físicas e tecnológicas disponíveis para o exercício das atividades.

2.1 – A 1ª Auditoria em Porto Alegre foi a primeira a ser inspecionada no dia 21 de novembro de 2016. As condições encontradas e o resultado desta inspeção estão sendo organizadas para postar no link abaixo, disponível no sítio do Tribunal de Justiça Militar do RS.

http://www.tjmrs.jus.br/site/conteudo/corregedoria/relatorios/relatorio_inspecao_1_auditoria_2016.pdf

2.2 – A 2ª Auditoria em Porto Alegre foi a segunda a ser inspecionada no dia 22 de novembro de 2016. As condições encontradas e o resultado desta inspeção estão sendo organizadas para postar no link abaixo, disponível no sítio do Tribunal de Justiça Militar do RS.

http://www.tjmrs.jus.br/site/conteudo/corregedoria/relatorios/relatorio_inspecao_2_auditoria_2016.pdf

3 – Auditorias virtuais mensais realizadas pela Cor-G (Meta CNJ)

As inspeções virtuais, o seu alcance e a sua extensão, em continuidade à administração anterior, também merece destaque, pois como veremos adiante, tendo como fonte os dados constantes no Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa (SEGA), foi possível, em curto intervalo de tempo, conferir o trabalho realizado pelas auditorias, essencialmente no sentido de assessorar os



magistrados quanto à situação dos feitos e processos em curso, visando à razoável duração do processo.

3.1 - A exemplo das inspeções ordinárias *in loco*, que estão publicadas no sítio do TJM-RS, as inspeções virtuais também estão disponíveis no referido *site*, conforme amostragem a seguir, com a última inspeção virtual realizada em cada Auditoria no ano de 2016.

https://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/corregedoria/relatorios/Inspecao_Virtual_097-Cor-G-2016-1_Aud%20.pdf

https://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/corregedoria/relatorios/Inspecao_Virtual_098-Cor-G-2016-2_Aud.pdf

https://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/corregedoria/relatorios/Inspecao_Virtual_099-Cor-G_2016-3_Aud.pdf

https://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/corregedoria/relatorios/Inspecao_Virtual_100-Cor-G_2016-4_Aud.pdf

4 – Provimento publicado

Em 2016 foi elaborado apenas um provimento, em função de que em 2015 os provimentos existentes foram analisados, atualizados e adequados à nova realidade da Justiça Militar, além de terem sido elaborados outros provimentos necessários (publicados no site TJM).

Nº	Assunto	Publicação
Provimento nº 01/2016	Regula o pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs) decorrentes de condenação do Estado a pagamento de sucumbência advocatícia. Revogado pelo Prov. 37/2017, link abaixo. https://www.tjmrs.jus.br/public/conteudo/corregedoria/provimentos/Provimento_37_2017_Regula_o_Pagamento_de_RPVs_a_sucumbencia_advocacia_decorrente_de_condenacao_do_Estado.pdf	DJE nº 5.860 de 18/08/2016



5 – Execução de Requisições de Pequeno Valor (RPV)-2016

<u>Processo</u>	<u>Data pagamento</u>	<u>Valor</u>	<u>Advogado</u>
0692-3.2011.9.21.0001	11/10/2016	1.200,00	Rossiane Machado Ferreira
2049-97.2013.9.21.0001	14/09/2016	1.208,77	Andrea Ferrari
2577-94.2015.9.21.0002	28/09/2016	2.007,06	Sílvio Eduardo Martins Pinto
4575-37.2013.92.1.0002	31/05/2016	1.000,00	Gabriela John Dos Santos Lopes
2378-41.2015.9.21.0002	31/05/2016	1.368,08	Márcio de Matos Barcelos

Fonte: CGJM-RS

Em 2016 foi confeccionado o Provimento nº 01/CGJM/2016 que regulou e adequou procedimento para pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPV) decorrentes de condenação do Estado a pagamento de sucumbência advocatícia. Sendo que foi determinado o pagamento de cinco Requisições de Pequeno Valor pelas 1ª e 2ª Auditorias em 2016.



6. Portarias

Com base no artigo 14 do Regimento Interno do Tribunal Militar do Estado, foram expedidas pela Corregedoria Geral 24 portarias em 2016, conforme relação discriminada abaixo:

01/2016	15/01/2016 DJE 5.712	Elogio de Magistrada titular da Auditoria de Passo Fundo, pelo trabalho desenvolvido naquela Auditoria, destacando-se na manutenção dos indicadores de gestão.	Dr ^a . Mariluce
02/2016	18/01/2016 DJE 5.713	Elogio de Magistrada da 2 ^a . Auditoria de Porto Alegre, por ter realizado, durante o segundo semestre de 2015, o maior número de pautas junto aos processos em curso naquela Auditoria	Dr ^a . Dione
03/2016	19/01/2016 DJE 5.714	Elogio de servidor da Corregedoria Geral por ter durante o exercício de suas atividades com dedicação e esforço necessário para a excelência do seu trabalho.	TC RR Osvaldir Costa da Rocha
04/2016	20/01/2016 DJE 5.715	Elogio de servidor da Corregedoria Geral, por ter durante esse período auxiliado com eficiência e eficácia, em particular no gerenciamento das rotinas junto ao 1 ^o grau.	1 ^o Ten RR Kelbel Silveira
05/2016	21/01/2016 DJE 5.716	Elogiar a funcionária por ter durante o período em exercido, auxiliado com eficiência/eficácia, em particular no gerenciamento das rotinas de arquivamento dos feitos/processos (SEGA)	Carla Regina de Souza Risch
06/2016	21/01/2016 DJE 5.716	Elogio de servidor da Correg. G.por ter durante esse período, auxiliado com eficiência/eficácia, na chefia do Arquivo Judiciário Militar.	1 ^o Ten RR Alvori Antonio Flores
07/2016	22/01/2016 DJE 5.717	Elogiar o Cel RR. por ter durante esse período de exercido com eficiência/eficácia, o cargo de Secretário na Corr.G.	Cel. RR Carlos Roberto Bondan da Silva
08/2016	25/01/2016 DJE 5.718	Elogio dos servidores das Auditorias JME-RS, pelo trabalho colaborativo prestado a Cor-G, durante o período.	Estevão de Barros Jacques, Márcia Denise Vogado Lima, Adriana Deise Andrade de Araújo, Carla Elisiane Antunes Garlet,
09/2016	26/01/2016 DJE 5.719	Elogio dos magistrados do 1 ^o grau da JME, pelo trabalho colaborativo prestado a Cor-G, durante o período 2014/2015.	Dr(s). e Dra(s). Francisco José de Moura Müller, Karina Dibi Krueel do Nascimento, Alexandre Aronne de Abreu, Dione Dorneles Silva, Eliane Almeida Soares, Viviane de Freitas Pereira, Mariluce Dias Bandeira.
10/2016	26/01/2016 DJE 5.719	Designação de magistrado da 1 ^a Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2 ^a Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dr. Francisco José de Moura Müller
11/2016	29/01/2016 DJE 5.722	Designação de magistrado da 1 ^a Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2 ^a Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dr. Francisco José de Moura Müller
12/2016	10/02/2016 DJE 5.727	Designação de magistrada da 1 ^a Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2 ^a Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Krueel do Nascimento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

13/2016	1º/03/2016 DJE 5.741	Designação de magistrada da Aud. Sta. Maria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na Auditoria Militar de Passo Fundo.	Dra. Eliane Almeida Soares
14/2016	04/05/2016 DJE 5.785	Designação de magistrada da Aud. de Sta. Maria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na Auditoria Militar de Passo Fundo.	Dra. Viviane de Freitas Pereira
15/2016	24/05/2016 DJE 5.799	Designação de Magistrada da 1ª Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento
16/2016	15/06/2016 DJE 5.814	Designação de Magistrada da 1ª Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento
17/2016	04/08/2016 DJE 5.850	Designação de Magistrada para, excepcionalmente, prestar jurisdição nos autos do Proc.Civil nº 296-94.2016.9.21.0003, da Auditoria de Sta. Maria, em substituição às magistradas daquela Auditoria que se julgaram suspeitas para atuar no presente feito.	Dra. Mariluce Dias Bandeira
18/2016	18/08/2016 DJE 5.860	Designação de Magistrada da 1ª Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento
19/2016	31/08/2016 DJE 5.869	Designação de Magistrada da 1ª Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento
20/2016	01/09/2016 DJE 5.870	Designação de magistrada de Santa Maria para exercer jurisdição plena na Auditoria de Santa Maria.	Dra. Viviane de Freitas Pereira
21/2016	06/09/2016 DJE 5.873	Designação de Magistrada da 1ª Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento
22/2016	13/10/2016 DJE 5.897	Designação de Magistrada da 1ª Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento
23/2016	07/11/2016 DJE 5.913	Designação de Magistrada, para, de acordo com Provimento nº 31/2015, exercer a jurisdição plena na Auditoria Militar de Santa Maria	Dra. Eliane Almeida Soares
24/2016	07/11/2016 DJE 5.913	Designação de Magistrada da 1ª Auditoria, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena na 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre.	Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento

Fonte: CGJM-RS



7. Prestação jurisdicional

7.1. Índice de denúncias, julgamentos, absolvições e condenações de oficiais e praças em 2016.

DECISÕES DO PRIMEIRO GRAU JME-RS EM 2016

Situação	1ª Auditoria	2ª Auditoria	Auditoria	Auditoria	Total
	POA	POA	Santa Maria	Passo	
Oficiais					
Denúncias	7	5	4	3	19
Julgados	10	7	2	0	19
Absolvidos	4	2	1	0	7
Condenados	6	5	1	0	12
Extintos	0	0	0	0	0
Praças					
Denúncias	47	106	55	53	261
Julgados	101	125	106	85	417
Absolvidos	60	89	66	66	281
Condenados	41	34	33	19	127

7.2. Índices de condenações e absolvições em 2016.

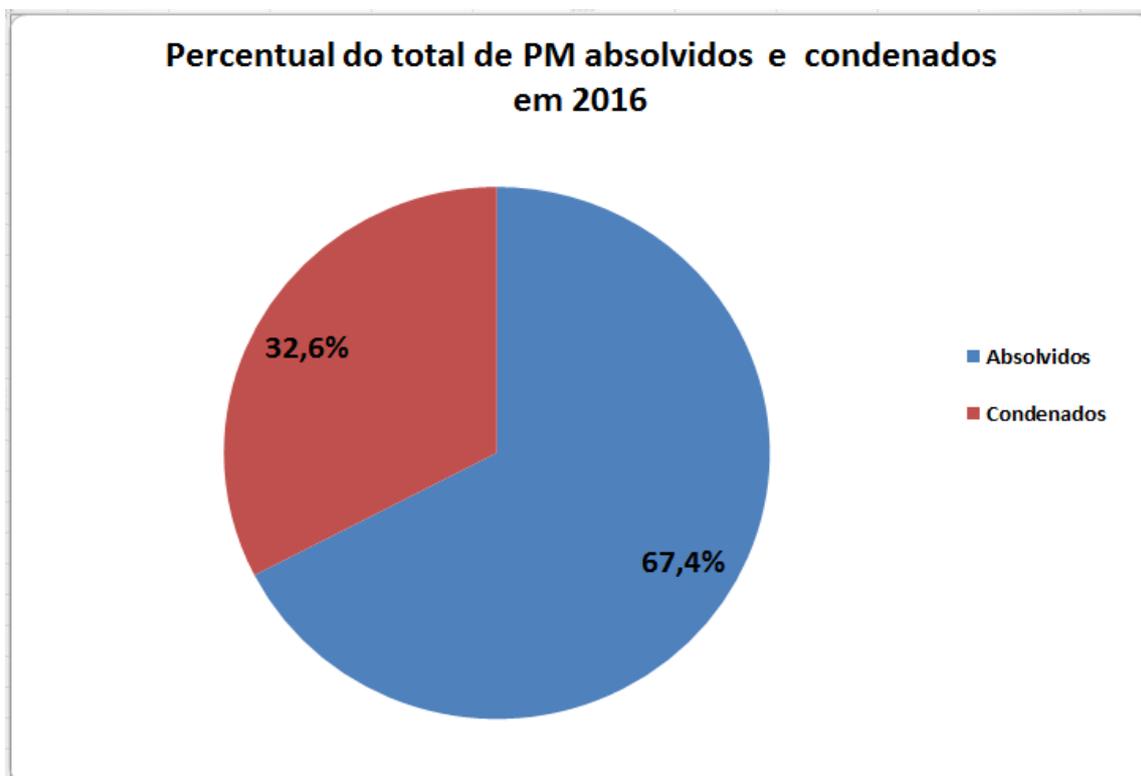
PM ABSOLVIDOS E CONDENADOS NO 1º GRAU - JME-RS NO ANO DE 2016			
Auditoria	Decisão	Absolvidos	Condenados
	Réus	64	47
1ª POA	%	57,7%	42,3%
	Réus	91	39
2ª POA	%	70%	30%
	Réus	67	34
Santa Maria	%	66,3%	33,7%
	Réus	66	19
Passo Fundo	%	77,6%	22,4%
	Réus	288	139
Total	%	67,4%	32,6%

Fonte: Dados Forenses das Auditorias Militares



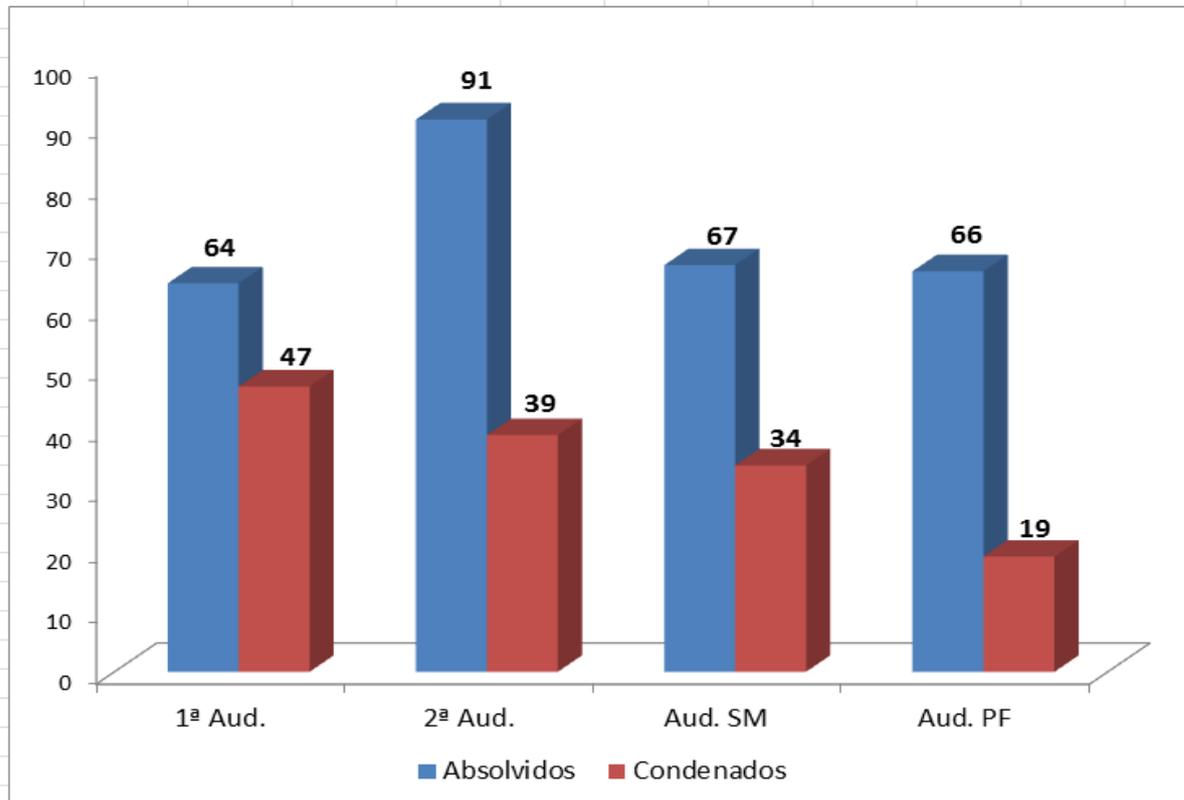
7.3. Representação gráfica dos índices de absolvições e condenações na Justiça Militar do RS

7.3.1 – Situação em 2016

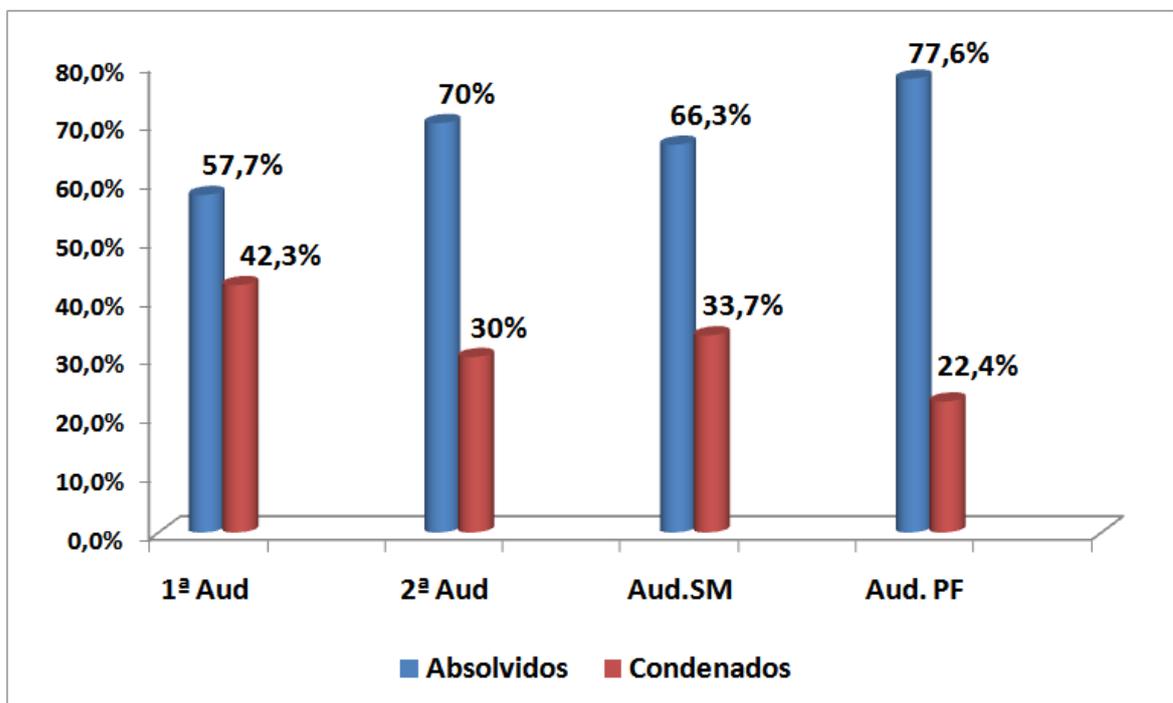




NÚMERO DE ABSOLUÇÕES E CONDENAÇÕES NAS AUDITÓRIAS JME-RS-2016



Percentuais por Auditorias – 2016



Fonte: Relatórios Forenses das Auditorias



7.3.2 - Evolução das Absoluções e Condenações no 1º grau da Justiça Militar do RS, nos últimos seis anos.

Quadro quantitativo e seus percentuais de absolvições e condenações, por Auditoria nos últimos seis anos.

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016		Total Período		%Período		Total Sent
	Absol.	Cond.	Total Absol.	Total Cond.	% Absol.	% Cond.											
1ª Aud	73	50	86	38	83	48	77	29	102	34	64	47	485	246	66,3	33,7	731
2ª Aud	74	67	131	67	98	46	99	35	100	67	91	39	593	321	64,9	35,1	914
Aud. SM	123	33	123	17	97	22	71	41	103	49	67	34	584	196	74,9	25,1	780
Aud. PF	99	51	86	62	87	51	97	51	100	52	66	19	535	286	65,2	34,8	821
Total	369	201	426	184	365	167	344	156	405	202	288	139	2.197	1.049	67,7	32,3	3.246

Total	570		610		532		500		607		427	
% Total	64,7	35,3	69,8	30,2	68,6	31,4	68,8	31,2	66,7	33,3	67,4	32,6

Quadro evolutivo do número de condenações absolvições nos últimos seis anos.

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Absol.	Cond.										
1ª Aud	73	50	86	38	83	48	77	29	102	34	64	47
2ª Aud	74	67	131	67	98	46	99	35	100	67	91	39
Aud. SM	123	33	123	17	97	22	71	41	103	49	67	34
Aud. PF	99	51	86	62	87	51	97	51	100	52	66	19
Totais	369	201	426	184	365	167	344	156	405	202	288	139



Quadro evolutivo do percentual de condenações/absoluções nos últimos seis anos.

Anos	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Absol.	Cond.										
1ª Aud	59,3	40,7	69,3	30,7	63,4	36,6	62,3	37,7	0,75	0,25	57,7	42,3
2ª Aud	52,5	47,5	66,2	33,8	68,0	32,0	64,6	35,4	59,9	40,1	70,0	30,0
Aud.SM	78,8	21,2	87,9	12,1	81,5	18,5	57,7	42,3	67,8	32,2	67,8	32,2
Aud. PF	66,0	34,0	58,1	41,9	63,0	37,0	52,6	47,4	65,8	34,2	65,8	34,2
Totais	64,7	35,3	70,0	30,0	69,0	31,0	69,0	31,0	67,7	32,3	67,4	32,6

7.4 – Análise da produtividade da publicação de sentenças pelos magistrados do 1º grau da JME.

Analizando o processo evolutivo das absolvições e condenações na Justiça Militar do RS nos últimos seis anos, percebe-se que o ano de **2012** aparece com o maior número de sentenças (610), (Quadros supra) sendo 426 absolvições e 184 condenações, destacando-se a 2ª Auditoria com 198 sentenças divididas em 131 absolvições e 67 condenações.

Na sequência, o ano de **2015** totalizou 607 sentenças, sendo 405 absolvições e 202 condenações, com destaque para a 2ª Auditoria que somou 167 sentenças, sendo (100 absolvições e 67 condenações). No ano de **2011** ocorreram 570 sentenças resultantes em 369 absolvições e 201 condenações, destacando-se a Auditoria de Santa Maria a com 156 sentenças, sendo (123 absolvições e 33 condenações). Em 4º lugar está o ano de **2013**, com 532 sentenças distribuídas em: (365 absolvições e 167 condenações), destacando-se a 2ª Auditoria com 144 sentenças, sendo (98 absolvições e 46 condenações). Em 5º



lugar está o ano de **2014**, com 500 sentenças, sendo 344 absolvições e 156 condenações, destacando-se a Auditoria de Passo Fundo com 148 sentenças, distribuídas em (97 absolvições e 51 condenações). E coincidentemente em sexto e último lugar está este ano de 2016, cujos dados estatísticos foram computados e analisados recentemente, sendo que totalizaram 427 sentenças, com 288 absolvições e 139 condenações, tendo a 2ª Auditoria realizado o maior número de julgamentos, resultando em 91 absolvições e 39 condenações.

Analisando a produtividade judiciária, baseado no número de sentenças resultantes em absolvições e condenações nos últimos seis anos.

Considerando que nos últimos seis anos, justamente o ano de **2016**, que está sendo analisado quanto a evolução dos dados estatísticos e feitos realizados, aparece com o menor número de sentenças publicadas (427) e, por consequência, o menor número de absolvições (288) e condenações (139), representando 67,4% resultando em absolvições e 32,6% condenações, definindo o ano de 2016 nos últimos seis anos, como o de menor produtividade, conforme demonstrativos(Quadros acima).

Com relação ao baixo número de sentenças que determinam a absolvição ou condenação dos réus em 2016, talvez em função de fatores influenciadores para tal, como a baixa quantidade de efetivo policial militar, que a cada ano reduz consideravelmente com aposentadorias, mortes e saída da corporação pelos baixos salários e risco iminente de vida, pois há uma supremacia da criminalidade como um todo, numa desproporção com a Brigada Militar, enfrentando criminosos que agem em bando e fortemente armados. A reposição dos que entram é ínfima em relação aos que saem. Também há de se considerar que o efetivo policial militar melhor preparado, instruído e bem orientado, tende a errar menos, além serem conhecedores dos rigores da legislação penal militar. Trazendo como consequência menos processos, menos julgamentos, absolvições e condenações. O que é bom para a Justiça Militar, que assim demonstra sua importância, eficiência e eficácia para a Corporação e a sociedade riograndense.



8. Conclusão

Ao término do ano de 2016, primeiro ano da atual gestão a frente da Corregedoria-Geral deste Tribunal, procurou-se dar prosseguimento aos trabalhos rotineiros, bem como adequar sistemáticas que facilitassem a realização dos trabalhos com fluidez e eficácia.

Como fato positivo em 2016, é com relação às metas do 1º grau em 2016 de acordo com as exigências do CNJ, as Auditorias do 1º grau saíram-se bem, por exemplo, na Meta (1) das quatro Auditorias apenas uma não atingiu a meta de julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016, Na meta (4) que determina priorizar as ações penais contra a administração pública, dos 72 processos distribuídos, apenas três ficaram pendentes de julgamento, e nesta mesma linha seguiram-se as demais, conforme item nº 1.3.1 nas páginas de 09 a 12 deste relatório, e neste aspecto certamente houve uma forte contribuição para que a Justiça Militar do RS conquistasse o Selo Ouro em 2016.

Também em 2016 podemos salientar o enfoque maior que foi dado a questão da correição dos processos remetidos do 1º grau para arquivamento, os quais passaram a ser analisados mais criteriosamente visando dirimir qualquer dúvida na efetivação do arquivamento dos feitos e processos encaminhados a Corregedoria Geral, e como resultado 12 processos foram alvos de representação do Sr. Corregedor Geral encaminhados ao TJM para avaliação e julgamento da representação. Salienta-se que em 2016 foram realizadas 1841 certidões de arquivamento.

Outro feito importante em 2016, foi que diante do dilema da questão prisional que assola o país, o Sr. Corregedor Geral tomou a iniciativa de agendar uma reunião como a direção do Presídio Policial Militar em Porto Alegre, objetivando conhecer a realidade daquela casa prisional. Após a visita e conversas com a direção e os presos, inúmeros foram os questionamentos e reivindicações, fazendo-se necessário uma segunda visita, tendo em vista as várias petições encaminhadas pelos presos, sendo a maioria delas referentes a execução penal e as progressões de regime, as quais foram analisadas e encaminhadas para as Auditorias e juízes correspondentes ao processo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

Na seara administrativa da Corregedoria Geral, dois servidores administram as questões administrativas de controle e conhecimento da Corregedoria, referente ao 1º grau, tais como: Escala de plantão dos juízes do 1º grau, Plano de férias dos juízes do 1º grau, Reuniões técnicas, Avaliações de Estágios, Efetividade, Inspeções in loco, e inspeções virtuais onde em 2016 foram consultados em torno de 700 feitos e processos nos quais se destaca a abrangência e a efetividade alcançadas pelas inspeções virtuais, o que certamente contribuirá para um judiciário mais célere e efetivo.

No âmbito da transparência, a Corregedoria-Geral, por meio das publicações no Site do TJM, onde estão dispostos: Os Provimentos, Portarias, Relatórios virtuais, Relatórios Anuais, Escala de Plantão, bem como a publicação das certidões arquivamento, contribuiu com o processo de transparência das atividades da Justiça Militar, prestando contas e informação à sociedade.

No campo dos recursos materiais obtivemos grandes avanços na valorização do 1º grau de jurisdição, com a disponibilização de novos computadores com dois monitores instalados na JME-RS, sobretudo na busca de um ambiente mais adequado e salutar para os magistrados e servidores, o que, certamente, contribuirá para uma melhor eficácia dos serviços a serem prestados.

Desta forma, encaminho-nos para mais um ano que culminará com o término do biênio dessa gestão 2016/2017, visando para que no final do biênio, dentro das atribuições da Corregedoria Geral da JME, se conclua com êxito de gestão, evolução e produtividade na Justiça Militar do RS.

É o relatório que submeto à elevada consideração de Vossa Excelência e do Colendo Tribunal de Justiça Militar do Estado.

Porto Alegre, 06 de março de 2017.

AMILCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
Juiz - Corregedor-Geral da JME